

# Câmara Municipal de Rio Claro

**Estado de São Paulo**

**ORDEM DO DIA COMPLEMENTAR Nº 010/2022**  
**SESSÃO ORDINÁRIA**  
**21/03/2022 (SEGUNDA-FEIRA) - 17:30 HORAS**

**4 - 2ª Discussão do PROJETO DE LEI Nº 030/2022 - PREFEITO MUNICIPAL - Dispõe sobre o programa de parcelamento incentivado de Dívida - PID DAAE, para débitos inscritos ou não em Dívida Ativa até o exercício de 2022, junto ao DAAE, Departamento Autônomo de Água e Esgoto do Município de Rio Claro e dá outras providências. EMENDAS EM SEPARADO DE AUTORIA DO VEREADOR SÉRGIO MONTENEGRO CARNEVALE. Processo nº 16009.**

[illegible]

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## EMENDAS EM SEPARADO DE AUTORIA DO VEREADOR SERGINHO CARNEVALE AO PROJETO DE LEI Nº 030/2022

Art. 1º Os parágrafos constantes do artigo 1º serão renumerados, do parágrafo primeiro ao parágrafo sexto.

Art. 2º O artigo 1º, § 6º passará a ter a seguinte redação:

*Demais situações em que fique demonstrada a condição de efetivo usuário dos serviços de fornecimento de água e esgoto, o usuário que fez o uso da prestação de serviços, bem como quem solicitar o parcelamento do débito, poderá aderir o PID mediante assinatura do termo de confissão de dívida, assumindo o débito a ser parcelado, não caracterizando a propriedade do imóvel.*

Art. 3º O artigo 1º, será acrescido do parágrafo 7º, com a seguinte redação:

*No ato da adesão, o usuário deverá apresentar cópia do documento comprobatório da sua condição de responsável tributário, servindo para efeitos, comprovantes de endereço do imóvel em questão, onde comprova-se ser o usuário efetivo do serviço, não caracterizando propriedade do imóvel, mas somente a responsabilidade do débito a ser negociado, bem como as cópias do CPF, RG, cuja documentação deverá ser anexada ao termo.*

Art. 4º O artigo 4º, que trata dos efeitos dos artigos anteriores, passará a ser denominado de artigo 5º.

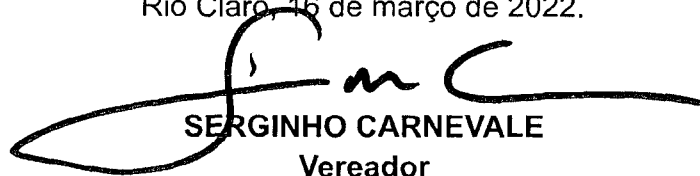
Art. 5º O parágrafo único do atual artigo 5º passará a ter a seguinte redação:

Para a previsão do rol deste artigo, limita-se o valor da parcela mínima à R\$ 50,00 (cinquenta reais).

Art. 6º O artigo 5º que trata do parcelamento para pessoas jurídicas, passará a ser denominado de artigo 6º, renumerando os demais na sequência.

Art. 7º O parágrafo primeiro do atual artigo 8º, passará a ser denominado de parágrafo único.

Rio Claro, 16 de março de 2022.

  
**SERGINHO CARNEVALE**  
Vereador

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## JUSTIFICATIVAS

**CONSIDERANDO** que o projeto original continha vícios formais na estrutura do mesmo, com repetição de parágrafos e artigos, o que pode ocasionar equívocos quando da sua aplicação ao caso concreto, visto a numeração confusa e ou incoerente;

**CONSIDERANDO** que ainda faz parte da função do legislador verificar vícios formais como o exposto no argumento anterior;

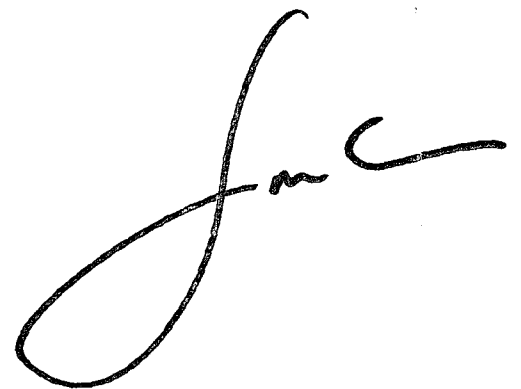
**CONSIDERANDO** que erros de digitação são absolutamente justificáveis, porém, oportunamente corrigidos;

**CONSIDERANDO** que muitos usuários carecem de documentação de propriedade, posse, ou usufruto do imóvel;

**CONSIDERANDO** a importância para o caixa da Autarquia o Refis e, sobretudo, a importância de estabelecer mais uma forma de negociação de dívidas com o usuário;

**CONSIDERANDO** que estes usuários gostariam de regularizar os débitos junto ao Daee;

**CONSIDERANDO** a necessidade de desburocratização para recebimento de dívidas, o que será positivo para a Autarquia e ao cliente;

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized 'J' followed by a smaller 'm' and a horizontal line.